



Prefeitura de Marabá - PA
Guarda Civil Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos	1
Gêneros e tipos de texto	3
Ortografia: divisão silábica	22
Acentuação gráfica.....	24
Emprego do sinal indicativo da crase.....	26
Estrutura e formação de palavras	27
Classes de palavras, flexão e emprego	30
Sintaxe da oração e do período	46
Concordância nominal e verbal	54
Regência nominal e verbal	56
Colocação pronominal.....	59
Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, conotação e denotação	61
Figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem.....	66
Questões	71
Gabarito.....	80

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Situações problema envolvendo equações e sistemas de equações do 1º e do 2º grau	1
Situações problema, envolvendo cálculo de perímetro e área das principais figuras planas com suas respectivas unidades de medida	10
Matemática comercial e financeira: razão, proporção, regra de três simples e composta, porcentagem e juros simples.....	14
Tratamento da informação: interpretação de situações apresentadas na forma de tabela ou gráfico	21
Raciocínio lógico compatível com o nível médio.....	28
Questões	31
Gabarito.....	38

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Hardware: dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos	1
Sistemas operacionais windows: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos. Extensão e arquivos	6
Editor de textos: word, power point, excel e impressão	29
Ferramentas de comunicações e reuniões on-line: microsoft teams, google meet, zoom, skype, google hangout.....	56
Internet: intranet, extranet, sítios de busca e pesquisa na internet, nuvem e redes sociais. Navegadores - mozilla firefox/google chrome – internet: navegação internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas. Redes sociais	69
Segurança da informação: princípios de segurança, confidencialidade e assinatura digital, procedimentos de segurança e backup, ferramentas de segurança (antivírus e firewalls), malwares, ataques. Tecnologia da informação e segurança de dados.....	83
Questões	91
Gabarito.....	100

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS

Localização e limites do município de marabá.....	1
Hidrografia do município de marabá	2
População atual do município de marabá	3
Aspectos políticos, administrativos, econômicos e culturais do município de marabá ..	5
Pontos turísticos do município de marabá	7
Patrimônio cultural do município de marabá	9
Clima e vegetação do município de marabá	11
Ocupação geográfica do município de marabá.....	13
História do município de marabá.....	15
Questões	16
Gabarito.....	21

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios.....	1
Direito administrativo: conceito, fontes e princípios	7

SUMÁRIO



Questões	13
Gabarito	34

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º da CRFB/88)	1
Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11 da CRFB/88).....	2
Dos Direitos Políticos (Art. 14 ao 16 da CRFB/88).....	13
Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; Art. 37 a 41 da CRFB/88)	16
Da Segurança Pública (Art. 144 da CRFB/88).....	38
Da Política Urbana (Art. 182 e 183 da CRFB/88).....	39
Direitos Humanos: conceito, características, categorias e gerações	41
Questões	42
Gabarito	49

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Dos crimes (art. 13 Ao 25 do código penal)	1
Dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (art. 121 Ao 183 do código penal) ..	33
Dos crimes contra a dignidade sexual (art. 213 Ao 218-c do código penal)	114
Dos crimes contra a fé pública (art. 289 Ao 311 do código penal)	125
Dos crimes contra a administração pública (art. 312 Ao 337-a do código penal)	135
Do inquérito policial (art. 4º ao 23 do código de processo penal)	170
Da prova: disposições gerais (art. 155 Ao 157 do código de processo penal); da prova: do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias (art. 158 Ao 184 do código de processo penal)	183
Da prova: da busca e apreensão (art. 240 Ao 250 do código de processo penal)	206
Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória: disposições gerais e da prisão em flagrante (art. 282 Ao 310 do código de processo penal).....	210
Questões	220
Gabarito	227



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Lei Municipal nº 17.361/2009 - Cria a Guarda Municipal de Marabá	V	1
Lei Municipal nº 17.431/2010 - Institui o Estatuto da Guarda Municipal de Marabá		3
Lei Municipal nº 18.165/2022 - Dispõe sobre vagas para mulheres na Guarda Municipal de Marabá.....		3
Lei Municipal nº 17.811/2017 - Cria a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal de Marabá		4
Lei Municipal nº 18.163/2022 - Altera a Lei 17.811/2017 que criou a Ouvidoria e a Corregedoria da Guarda Municipal de Marabá		4
Decreto Municipal nº 776/2010 - Homologa o regulamento e disciplina o perfil do Guarda Municipal de Marabá		6
Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas) e suas alterações		6
Lei nº 11.343/2016 (Lei de Drogas).....		11
Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor) e suas alterações.....		34
Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Disposições Preliminares (artigos 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (artigos 103º ao 109º); Do Conselho Tutelar (artigos 131º ao 137º) e Dos Crimes (artigos 225º ao 244º-B)		37
Estatuto do Desarmamento; 12. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (artigos.1º ao 21º)		44
Decreto nº 11.615/2023, estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios		51
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha – Violência doméstica e familiar contra a mulher, artigos 1º ao 8º)		79
Lei nº 13.869/2019 (Lei do Abuso de Autoridade) e suas alterações.....		81
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública		89

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



EQUAÇÃO DO 1º GRAU

Na Matemática, uma equação é uma igualdade que envolve uma ou mais incógnitas. O grau de uma equação é determinado pelo maior expoente da incógnita. Assim, se o maior expoente for 1, a equação será de 1º grau; se o maior expoente for 2, será de 2º grau; e se o maior expoente for 3, será de 3º grau.

Exemplos:

$$4x^1 + 2 = 16 \text{ (equação do 1º grau)}$$

$$x^2 + 2x + 4 = 0 \text{ (equação do 2º grau)}$$

$$x^3 + 2x^2 + 5x - 2 = 0 \text{ (equação do 3º grau)}$$

No caso da equação do 1º grau, a forma geral é:

$$ax + b = 0$$

Onde:

- a e b são números reais, com $a \neq 0$ (ou seja, a não pode ser zero);
- x é a incógnita, o valor que queremos encontrar.

É importante ressaltar que uma equação é composta por dois membros:

- O primeiro membro é o lado esquerdo da igualdade
- O segundo membro é o lado direito da igualdade.

Como resolver equações do 1º grau

Para resolver uma equação do 1º grau, nosso objetivo é isolar a incógnita (x) em um dos lados da equação. Para isso, devemos realizar operações inversas nos dois lados da equação, garantindo que x fique sozinho em um dos membros.

Passo a passo:

- Identifique o número que está no mesmo lado que a incógnita e veja qual operação está sendo realizada
- Realize a operação inversa no outro lado da igualdade para isolar a incógnita.

Exemplo: $x + 4 = 12$

Começamos eliminando o número 4, que está somando no mesmo lado da incógnita x. A operação inversa será subtrair 4 de ambos os lados da equação.

$$x + 4 - 4 = 12 - 4$$

$$x = 8$$

Portanto, o valor de x é 8.

Exemplo: $x - 12 = 20$

Aqui, temos x menos 12. Para isolar a incógnita, somamos 12 aos dois lados.

$$x - 12 + 12 = 20 + 12$$

$$x = 32$$

Portanto, o valor de x é 32.

Exemplo: $4x + 2 = 10$



O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



Localização Geográfica

Marabá está localizado na região sudeste do Pará, uma área que faz parte da vasta região Amazônica brasileira. O município está inserido na mesorregião Sudeste Paraense e na microrregião de Marabá, funcionando como um polo econômico e logístico para as cidades vizinhas e outros estados.

- **Coordenadas geográficas:** Aproximadamente 5°21'31" de latitude sul e 49°07'27" de longitude oeste.
- **Distância da capital do estado:** Cerca de 500 km de Belém, com acesso principalmente pela Rodovia Transamazônica (BR-230) e pela Rodovia PA-150.
- **Bacias hidrográficas:** Marabá é banhada pelos rios Itacaiúnas e Tocantins, que desempenham papel fundamental tanto no transporte fluvial quanto no abastecimento e na economia local.

A cidade é estrategicamente localizada em um ponto de convergência entre importantes rodovias e hidrovias, tornando-se um centro de escoamento de produção agrícola, mineral e industrial.

Limites do Município de Marabá

Os limites territoriais de Marabá são bem definidos e abrangem uma vasta área territorial, com cerca de 15.092,268 km². É um dos maiores municípios em extensão territorial do estado do Pará.

Municípios Limítrofes

Marabá faz fronteira com diversos municípios, que contribuem para suas interações regionais e integração econômica:

- **Ao norte:** Limita-se com os municípios de Nova Ipixuna e Bom Jesus do Tocantins.
- **Ao sul:** Faz divisa com São Félix do Xingu e parte do estado do Tocantins.
- **A leste:** Limita-se com os municípios de São João do Araguaia e parte de Itupiranga.
- **A oeste:** Faz fronteira com os municípios de Parauapebas e Curionópolis.

Essas fronteiras geográficas reforçam a posição de Marabá como um hub de desenvolvimento, conectando diferentes regiões e estados por meio de suas rodovias e hidrovias.

Importância Estratégica da Localização de Marabá

A posição geográfica de Marabá confere ao município uma série de vantagens competitivas:

Logística: Marabá é um ponto de interseção de rodovias, como a BR-230 (Transamazônica) e a BR-155, que conectam o município ao restante do estado e do Brasil. Além disso, o Porto de Marabá, no rio Tocantins, facilita o escoamento de cargas para outras regiões.

Desenvolvimento Econômico: A localização próxima a grandes projetos de mineração e agropecuária, bem como a presença de um parque industrial crescente, destaca a cidade como polo de desenvolvimento.

Integração Regional: Como um centro administrativo e comercial, Marabá desempenha papel fundamental na articulação entre os municípios limítrofes e o estado.



Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “*Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano*”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

POVO: Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “*Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*”.

TERRITÓRIO: pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



— Infração Penal¹

É toda conduta ilícita que se adéqua ao texto penal punitivo. É a conduta criminosa que viola a legislação e causa danos à sociedade.

Sob o aspecto formal, Infração Penal é uma conduta reprovável que está descrita em uma norma penal incriminadora com previsão de pena. Ou seja, é a conduta que a norma penal descreve.

Já sob o aspecto material, Infração Penal é aquela conduta que lesa ou expõe a perigos de lesão os bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal.

Elementos da infração penal

Fato típico/tipicidade, ilicitude e culpabilidade; sistemas classificatórios bipartido e tripartido.

– **Fato Típico ou Tipicidade:** o fato deve estar descrito (tipificado) na legislação penal. O comportamento do sujeito ativo ou agente (o que ofendeu um bem jurídico ou terceiros) deve coincidir com a descrição do crime.

– **Antijuricidade Ilicitude:** o fato deve ser contra a norma jurídica, ou seja, contra a lei, ilegal (ilícito).

– **Culpabilidade:** o fato ser praticado com certo grau de intenção pelo agente ativo.

O Código Penal Brasileiro adota o sistema dualista ou binário. Prevê a infração penal como gênero, já as espécies são o crime e a contravenção penal. É interessante ressaltar que delito é sinônimo de crime. Não foi descrito um tipo de conduta específica para o delito, desta maneira o uso da palavra delito e crime tem o mesmo significado, para o ordenamento jurídico brasileiro.

O sistema dualista é chamado assim, pois são duas as espécies, o crime e a contravenção penal, essas duas fazendo parte do todo, do gênero infração penal.

— Espécies da Infração Penal

– **Crimes/Delitos:** são aqueles que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isolada quer alternativa, ou cumulativamente com a pena de multa.

– **Contravenções Penais:** são aquelas que a lei comina, isoladamente pena de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

A contravenção penal também possui outras denominações, ou seja, é conhecida também com crime anão, crime vagabundo e *delito liliputiano*.

No que diz respeito à gravidade da conduta, os crimes e delitos se distinguem por serem infrações mais graves, enquanto que a contravenção refere-se às infrações menos graves. Nas contravenções penais, por se tratar de uma infração penal de menor potencial ofensivo, a pena máxima não pode ultrapassar 2 anos, sendo somente permitida a pena de prisão simples (que é prevista na lei de contravenções penais como pena para condutas descritas como contravenções), não se admitindo o regime fechado.

Dita o Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, a Lei de Introdução ao Código Penal:

Art 1º *Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.*

Sujeito Ativo

Sujeito Ativo ou agente é aquele que ofende o bem jurídico protegido por lei.

¹ Greco, Rogério. *Direito Penal Estruturado*. Disponível em: *Minha Biblioteca*, (2nd edição). Grupo GEN, 2021.

**Lei Municipal nº 17.361/2009 - Cria a Guarda Municipal de Marabá**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARABÁ, ESTADO DO PARÁ, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Guarda Municipal de Marabá - GM,

unidade que integra a estrutura operacional da Secretaria Municipal de Segurança Institucional, órgão de execução da política municipal de segurança urbana, de natureza permanente, uniformizada, equipada com os instrumentos necessários e suficientes para o desempenho de suas competências e suas atribuições, fundamentada nos princípios de hierarquia e de disciplina, com sua atuação orientada pelos seguintes princípios:

I - o respeito à dignidade humana;

II - o respeito à cidadania;

III - o respeito à justiça;

IV - o respeito à legalidade democrática;

V - o respeito à coisa pública

Art. 2º Os uniformes, continências, honras, sinais de

respeito, protocolo e cerimonial da GM serão determinados por ato do Chefe do Executivo.

Art. 3º Compete à GM:

I - exercer o patrulhamento preventivo e comunitário, promovendo a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos;

II - prevenir e inibir atos que atentem contra os bens e instalações e serviços municipais;

III - realizar atividades visando a segurança escolar;

IV - proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas;

V - promover, em parceria com as comunidades, mecanismos de interação com a sociedade civil, a fim de identificar soluções para problemas e implementar projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança nas comunidades;

VI - atuar em parceria com outros Municípios e órgãos estaduais e da União, com vistas à implementação de ações integradas e preventivas;

VII - atuar, de forma articulada com os órgãos municipais de políticas Sociais, visando ações interdisciplinares de segurança no Município, em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pela Secretaria de Segurança Pública;

VIII - estabelecer integração com os órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e à fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

IX - fiscalizar o comércio ambulante nas vias e logradouros públicos;

X - intervir, gerenciar e mediar conflitos e crises em bens, serviços e instalações municipais ou relacionadas ao exercício de atividades controladas pelo poder público municipal;

XI - colaborar, quando solicitada, na fiscalização do uso do solo municipal e nas tarefas inerentes à defesa civil do Município;